

Barreiras à prevenção e ao combate dos maus tratos infantis: protocolo de *scoping review*

Joana Guarda-Rodrigues¹
joana.r.rodrigues@esel.pt

Odete Lemos e Sousa²
olemos@esel.pt

Ana Pastorinho³
aisp@campus.esel.pt

Susana Santos⁴
susana.qsantos@gmail.com

Silvia Luz⁵
sluz@esel.pt

Maria Pires⁶
mcpires@uatlantica.pt

¹Professor adjunto, Departamento de Enfermagem da Criança e do Jovem, Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.

²Professor adjunto, Departamento de Enfermagem da Criança e do Jovem, Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.

³Enfermeira generalista, Urgência Pediátrica, Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central - Hospital Dona Estefânia.

⁴Enfermeira generalista, Urgência Pediátrica, Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central - Hospital Dona Estefânia.

⁵Enfermeira Especialista, Cirurgia Pediátrica e Unidade de Queimados, Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central - Hospital D. Estefânia.

⁶Professor adjunto, Escola Superior de Saúde Atlântica.

Autor de correspondência:

Joana Guarda-Rodrigues
E-mail: joana.r.rodrigues@esel.pt

Resumo

Introdução

Segundo a Organização Mundial de Saúde, em 2019, cerca de 1 bilião de crianças com idades entre os 2 e os 17 anos, experienciou algum tipo de violência. No contexto nacional, em 2021, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens identificou um aumento significativo do número de crianças com situações de perigo ou vítimas de maus tratos, mais 3619 que no ano anterior.

Aos profissionais de saúde é requerida qualificação e intervenção em matéria de maus tratos infantis, uma vez que estes se encontram numa posição privilegiada para a promoção dos direitos e proteção das crianças, que contempla, quer a identificação e combate à violência e aos maus tratos infantis, como também a sua prevenção, através do apoio às famílias e à parentalidade.

Objetivo

Mapear as barreiras à prevenção e ao combate dos maus tratos a crianças, vivenciadas pelos profissionais de saúde. Desta forma, pretende-se dar resposta à questão de revisão: quais as barreiras identificadas pelos profissionais de saúde na prevenção e combate aos maus tratos infantis?

Método

Seguir-se-á a metodologia de *scoping review* proposta pelo *Joanna Briggs Institute*. Assim, serão definidos os critérios de elegibilidade com base na população, conceito e contexto (PCC). Relativamente à estratégia de pesquisa e identificação dos estudos, serão utilizadas as seguintes bases de dados eletrónicas: *MEDLINE Complete*, *CINAHL Complete*, *Psychology and Behavioral Sciences Collection*, *Cochrane Central Register of Controlled Trials*, *MedicLatina*, *SCOPUS*, *Web of Science*. A pesquisa de estudos não publicados e literatura cinzenta, será realizada nos *Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal*, *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*, *OpenGrey* e *National Grey Literature Collection*. A pesquisa realizar-se-á em três etapas.

Os resultados da pesquisa serão exportados para o gestor de referências *Mendeley Desktop*, através do qual serão identificados e removidos os registos duplicados. Para facilitar o arquivamento, a organização e a seleção dos artigos, recorrer-se-á à plataforma *Rayyan QCR*. A elegibilidade dos documentos será realizada pela análise do título e/ou resumo. Este processo será desenvolvido por, pelo menos, dois revisores independentes, recorrendo-se a um outro revisor para clarificar divergências. Os documentos que cumpram os critérios de elegibilidade passam para a fase seguinte, a leitura integral. Os resultados obtidos após a triagem serão apresentados de acordo com as recomendações do *PRISMA-ScR*. A extração e síntese dos dados, nomeadamente, da identificação da tipologia de mau trato e das barreiras existentes, será realizada com recurso a instrumentos desenvolvidos pelos revisores.

Resultados e Discussão

O mapeamento e discussão das barreiras identificadas pelos profissionais de saúde na prevenção e no combate dos maus tratos infantis, constituirá uma ferramenta informativa



de suporte à investigação e à tomada de decisão de estratégias de intervenção.

Conclusões e Implicações

Este protocolo constitui um ponto de partida para análise e sistematização das evidências existentes com enfoque nas barreiras à prevenção e ao combate dos maus tratos infantis identificadas pelos profissionais de saúde. Almeja-se que a scoping review contribua para a construção de um programa formativo para profissionais de saúde e como suporte à análise das práticas clínicas e aperfeiçoamento da qualificação e intervenção dos profissionais, na promoção dos direitos da criança, nomeadamente, no apoio às famílias e à parentalidade e no combate aos maus tratos infantis.

Palavras-Chave

Maus-Tratos Infantis; Violência Infantil; Profissionais De Saúde; Enfermagem Pediátrica; Revisão.

Referências

1. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2021 [Internet]. 2022. Available from: <https://www.cnpdp-cj.gov.pt/relatorio-atividades>
2. Peters MDJ, Godfrey C, McInerney P, Munn Z, Tricco AC, Khalil, H. Chapter 11: Scoping Reviews (2020 version). In: Aromataris E, Munn Z (Editors). JBI Manual for Evidence Synthesis, JBI, 2020. Available from <https://synthesismanual.jbi.global>. <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-12>
3. Roy J, Williamson E, Pitt K, Stanley N, Man M, Feder G, et al. “It felt like there was always someone there for us”: Supporting children affected by domestic violence and abuse who are identified by general practice. Health Soc Care Community [Internet]. 2022 Jan;30(1):165–74. Available from: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip.shib&db=c-cm&AN=153993779&lang=pt-pt&site=ehost-live>
4. World Health Organization. Violence against children. [Internet]. 2020. [cited 2022 Dec 9]. Available from: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-children>